TL 6108

TIMOR-LESTE - 1999 - Um segundo genocídio ?

Após a crise económica na Indonésia e a queda do presidente Suharto, a Indonésia propôs uma autonomia para Timor-Leste; se os timorenses não querem a autonomia poderão ser independentes, prometeu o presidente Habibie.
A pedido da Indonésia e de Portugal (Acordo de Nova Iorque, 5-5-99), a ONU organizou uma consulta que, apesar duma forte intimidação que provocou centenas de mortos e pelo menos 60.000 deslocados numa população de cerca de 700.000 habitantes, o Secretário Geral Kofi Annan decidiu não ceder à intimidação e manter o voto. A violência, unilateral, foi atribuída por todos os observadores e pela Missão da ONU, a milícias criadas para o efeito pelas forças armadas indonésias.

O recenseamento feito pelas NU ultrapassou as expectativas da ONU.
98,6 % dos eleitores recenseados participaram no voto.
78,5 % dos eleitores recusaram a autonomia proposta por Jacarta, escolhendo a independência.
21,5 % votam a favor da autonomia na Indonésia.
O resultado proclamado por Kofi Annan foi considerado justo pelos Governos da Indonésia e de Portugal.

No dia seguinte as milícias começaram a saquear, amedrontar, deportar, matar:

- jornalistas, organizações humanitárias, Cruz Vermelha Internacional, a própria Missão das NU e o embaixador australiano em Jacarta de visita a Dili, são atacados, ameaçados e obrigados a abandonar o território;
- a casa do bispo Belo, Prémio Nobel da Paz, onde estavam refugiadas 5000 pessoas foi atacada a tiro e com coktails Molotov. O bispo exilou-se os refugiados foram levados em camiões para a Indonésia; o segundo bispo do território foi ferido e fugiu para as montanhas para onde fugiu grande parte da população.
- há informações de execuções colectivas, 200 pessoas fuziladas na praia de Liquiça, 100 mortas na igreja de Suai, mas estas informações não podem ser confirmadas.
- Um porta-voz das NU em Dili declarou ter conhecimento dum plano indonésio anterior ao voto para deportar entre 200.000 e 300.000 timorenses. Este plano está a ser executado.

A Indonésia recusa uma força internacional de paz e decretou a lei marcial.

A situação reproduz muito do que se passou em 1975 quando Portugal, iniciou os preparativos para a autodeterminação da sua colónia, como lhe pedia a ONU.

Os dois principais partidos políticos timorenses tinham feito uma aliança pela independência mas, em 11 de Agosto de 1975, o presidente da UDT, Francisco Lopes da Cruz, declara "*devemos alinhar a nossa política sobre a política de Jacarta, senão só seremos independentes uma semana ou um mês*" (The New York Times, 12-8-75) e ocupa os aeroportos, radios, depósito de armas da polícia portuguesa em Dili e pede a Portugal para prender os dirigentes da Fretilin. A Fretilin reage, e domina todo o território em menos de um mês duma guerra civil que fez 2 a 3000 mortos (Reuters, 28-9-75).

A Indonésia propõe o envio de tropas para "restabelecer a ordem" que ajudou a perturbar. Portugal recusa e a Indonésia invade Timor-Leste. Cinco jornalistas australianos e ingleses são assassinados junto à fronteira em Outubro. Os estrangeiros presentes, Cruz Vermelha Internacional, organizações humanitárias e o Consul australiano são forçadas a retirar-se.

Somente em 1979 a Cruz Vermelha Internacional é autorizada a voltar. Visita 13 campos, a sua população é de 75.000 habitantes, 60.000 num estado de sub-alimentação alarmante, para 20.000 a morte é iminente diz o delegado do CICR. O Secretário de Estado adjunto dos EUA, Holbroocke, estima que mais de 200.000 pessoas vivem em campos estreitamente vigiados (USAID report, 19-10-79).

1981 - De cerca de 700.000 habitantes (688.000 no último recenseamento português), estima-se que mais de 200.000 morreram (Igreja Católica em Timor-Leste, Amnesty International e outros)
O recenseamento indonésio de 1980, contando com os indonésios, militares e civis chegados atrás deles, indica 550.000 habitantes, a Igreja Católica contrapõe 425.000, provavelmente sem os indonésios.

A História parece repetir-se.